

Enviado em: 01/11/2009 - Aceito em: 01/12/2009

DO PRESENTE À HISTÓRIA: UM OLHAR CRÍTICO SOBRE A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E O CARIBE NO CAPITALISMO GLOBAL

Geraldo Augusto Pinto¹

RESUMO: Partindo das expressões “desenvolvimento” e “integração”, especificamente as acepções que assumem enquanto meios de inserção competitiva dos países latino-americanos e caribenhos no mercado global, este texto propõe uma breve retrospectiva histórica que nos convida a observar como tais expressões podem ser utilizadas também como fontes para um questionamento acerca da inserção subordinada desta região na atual divisão internacional do trabalho. Não se pretende discutir a fundo conceitos e definições, nem apresentar uma ampla revisão bibliográfica, mas chamar a atenção para as causas básicas da desigualdade interna e externa entre os países latino-americanos e caribenhos, advindas da exploração de suas riquezas naturais e humanas por países e regiões que, não por acaso, têm propalado teorias políticas e econômicas das quais só participam enquanto são beneficiados.

PALAVRAS-CHAVE: Integração regional e desenvolvimento – América Latina e Caribe; Capitalismo dependente; Estados nacionais – desenvolvimentismo e neoliberalismo.

Continua...

¹ Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas. É docente do Centro de Educação e Letras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, lecionando na Graduação em Pedagogia e no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade, Cultura e Fronteiras (Stricto Sensu). Líder do “Grupo de Pesquisa em Estado, Sociedade, Trabalho e Educação” (CEL/Unioeste), pesquisador do “Grupo de Pesquisa Estudos sobre o Mundo do Trabalho e suas Metamorfoses” (IFCH/Unicamp) e membro da Rede de Estudos do Trabalho (RET). Autor dos livros “A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo” (2. ed., Expressão Popular, 2010) e de “A máquina automotiva em suas partes: um estudo das estratégias do capital na indústria de autopeças” (Boitemp, 2011). Email: geraldoaugusto@hotmail.com

ABSTRACT: Departing from the expressions “development” and “integration”, namely the meanings they assume as means of competitive insertion of Latin American and Caribbean countries in the global market, this text proposes a brief historical retrospective that invites us to observe how such expressions can be also utilized as basis for a query regarding the subordinated insertion of this region in the current international division of labor. This text does not intend an in-depth discussion of concepts and definitions, neither does it intend to present an ample bibliographic review, but to draw attention to the basic causes of internal and external inequalities among Latin American and Caribbean countries, originated in the exploitation of their natural and human resources by countries and regions who, not by chance, have propagated political and economic theories of which they only take part as long as they are being benefitted.

KEY-WORDS: Regional integration and development – Latin America and Caribbean; Dependent Capitalism; Nation states – developmentalism and neoliberalism.

Introdução: por um olhar inverso

Uma parte significativa do debate sobre o que, usualmente, se denomina como integração regional nos dias correntes, gira em torno da idéia de que há países cuja trajetória histórica e situação atual lhes permitiriam complementar-se em suas necessidades para, como um conglomerado, enfrentar a hostilidade do ambiente externo que se tornou o sistema mundial, com a globalização do capitalismo e suas nefastas conseqüências.

Parte-se da premissa de que a todos cabe aceitar essa espécie de jogo de sobrevivência, como se não houvesse alternativa a não ser inserir-se competitivamente em suas regras. Nem sempre, todavia, se alude ao fato de que, nesta arena e com tais regras, é que reside a origem da própria desintegração desses países e o aniquilamento das suas potencialidades. Poucos se propõem a negar essas condições e, efetivamente, desviar-se desta trajetória já posta. Primeiro, porque interessa às elites locais desses países manterem tal estado de coisas. Segundo, porque ainda resta um temor entre a classe trabalhadora de ver ameaçada a ilusória soberania nacional em que se encontram,

divididos, os seus membros, homens, mulheres, jovens e crianças, diante dos riscos de enfrentar, historicamente, a questão maior: as genuínas causas dos problemas que hoje se lhes apresentam e a real possibilidade de superá-las sem romper com o modo de produção capitalista.

Neste sentido, se é válido debater, nas atuais regras da divisão internacional do trabalho, os elementos de uma nova integração entre países pertencentes a regiões como a América Latina e Caribe, não seria menos válido rever alguns dos elementos que, no passado, fizeram desses territórios e populações – primeiro enquanto colônias de exploração, depois como nações recém formadas – fontes da expansão mundial do próprio capitalismo, à medida que atuaram como fornecedores de recursos para uma intensa concentração de poder econômico e político em regiões da Europa e da América do Norte. Dinâmica esta que, enfim, resultou na gritante desigualdade regional e global em meio à qual se espera, atualmente, encontrar uma solução.

Afinal, o sistema colonial de exploração da América Latina e Caribe foi ou não uma forma de integração desta região nas regras de um jogo internacionalmente posto? Se, porventura, essa interrogação desafina o coral das motivações usuais do debate contemporâneo sobre a integração, por se tratar, por exemplo, de países que hoje são independentes e não colônias, resta o desafio de provar – como, ademais, vem sendo buscado por muitos – que a presente situação não reproduz os mecanismos daquele que foi um dos maiores empreendimentos da história na extração de recursos naturais e humanos de uma região em prol de interesses alheios à sua população autóctone.

Posto isso, o intuito deste texto, em nada original, é delinear uma perspectiva alternativa ao uso comum da idéia de integração. Tendo como objeto a América Latina e Caribe, propõe-se aqui um olhar inverso. Partir não exatamente do que se impõe, como derradeira necessidade, a esta região nos dias atuais, isto é: integrar-se em blocos subalternos e prepostos pela vigente divisão internacional do trabalho sob o capitalismo. De modo diferente, o que se propõe é observar, no passado, quais pontos comuns fizeram desta região um bloco, de fato, bastante homogêneo, tal qual uma potência adormecida de cujas artérias – como bem afirma Galeano (2000) – têm se alimentado vastas regiões do globo – interessadas, aliás, e não sem motivo,

Geraldo Augusto Pinto

na perenidade dessa situação.

Seguindo tal linha de raciocínio, lembremos aqui o que o antropólogo, ensaísta, romancista e educador brasileiro Darcy Ribeiro, no prefácio à primeira edição, de 1967, do clássico “As Américas e a civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos”, asseverava:

Os cientistas dos povos contentes com seu destino podem dedicar-se a pesquisas válidas em si mesmas como contribuições para melhorar o discurso humano sobre o mundo e sobre o homem. Os cientistas dos países descontentes consigo mesmos são urgidos, ao contrário, a usar os instrumentos da ciência para tornar mais lúcida a ação dos seus povos na guerra contra o atraso e a ignorância. Submetidos a esta compulsão, lhes cabe utilizar da melhor forma possível a metodologia científica, mas fazê-lo com urgência, a fim de discernir, tática e estrategicamente, tudo o que é relevante dentro da perspectiva desta guerra (Ribeiro, 2007: 12).

Pois bem, se partirmos do fato de que os países da América Latina e Caribe se enquadram nesta situação, seus cientistas, por conseguinte, não podem furtar-se à tarefa de formular uma indagação, qual seja: o que “une” os povos latino-americanos e caribenhos? Em outros termos, para além da proximidade geográfica, como podem ser concebidas as similitudes históricas entre os países que formam essa região? Quais características básicas mantêm em comum em sua trajetória de desenvolvimento?

Atentar para essas indagações certamente contribuirá para compor um quadro científico representativo dos possíveis significados de uma integração – econômica, política ou sócio-cultural – desses países no presente.

Subdesenvolvimento e periferização

As tarefas acima propostas requerem uma ampla e profunda análise do longo e complexo processo de absorção da América Latina e Caribe no circuito da acumulação de capital engendrado pelos países europeus, desde os fins do século XV. Circuito este que irradiou-se, posteriormente, para outras regiões do globo, fundando novos pólos de exploração do trabalho humano e de drenagem de matérias primas naturais desta região, haja vista a conformação de uma hierarquia mundial – caracteristicamente imperialista – entre países dominadores e

dominados e, inclusive, do surgimento de conglomerados privados de perfil transnacional.

Destarte, a exploração colonialista da América Latina e Caribe desde sempre foi objeto de numerosos estudos no campo da História, da Sociologia, da Economia, da Ciência Política, da Antropologia, da Geografia e das Relações Internacionais. E na diversidade de teses que vigora sobre o assunto, não são raros os autores que posicionam os países latino-americanos e caribenhos como “subdesenvolvidos” ou “periféricos”, dentro de uma ordem mundial cujo poder atualmente se encontra verticalizado num “centro” composto por países “desenvolvidos”.

Em que pese sua importância como aportes metodológicos a estudos de caráter comparativo, cada um dos binômios acima se fundamenta, contudo, em pré-concepções acerca do desenvolvimento histórico das sociedades modernas e contemporâneas. Principalmente, quando se trata de analisar as múltiplas facetas assumidas pela produção capitalista, pela estratificação social em classes, pelas estruturas ideológicas, políticas e administrativas dos Estados nacionais – enfim, pelo liberalismo e pela economia de mercado, enquanto um novo modo de sociabilidade – ao longo das constantes adaptações que envolveram os seus transplantes, após mais de quatro séculos de exploração comercial e produtiva, para regiões distantes da Europa.

Assim, o binômio “desenvolvimento/subdesenvolvimento” geralmente aparece em estudos que buscam enfatizar certo atraso dos países latino-americanos e caribenhos em comparação com a maioria dos países europeus, ou em relação aos Estados Unidos da América (EUA) e ao Canadá, na América do Norte. Todavia, tal perspectiva comparativa encobre dois fatos decisivos: primeiro, que a exploração das populações e territórios latino-americanos e caribenhos durante a colonização foi imprescindível à acumulação capitalista originária dos países hoje considerados desenvolvidos; segundo, e conseqüentemente, que este atraso, ou desigualdade, permanece até o presente, muito tempo após a independência formal das outrora colônias de suas metrópoles (Galeano, 2000; Marx, 1996).

Estes dois fatos apontam que o subdesenvolvimento de determinados países é nada menos que uma condição *sine qua*

Geraldo Augusto Pinto

non do desenvolvimento de outros. O que nos leva a aceitar aqui o uso do binômio “centro/periferia”, nos permitindo, ademais, partir da premissa de que o modo de produção capitalista, a sociedade de classes, o Estado-Nação, a democracia burguesa, o liberalismo e muitos outros elementos que, grosso modo, caracterizam a emergência da Modernidade, não compõem em si mesmos uma realidade plena e acabada nem mesmo nas potências hegemônicas da atualidade, tampouco configurando modelos rígidos a serem perseguidos pelos demais países (Fernandes, 1975).

Do mesmo modo, o mundo contemporâneo não está recortado entre, de um lado, países genuinamente capitalistas, cujas experiências clássicas de revolução burguesa lograram implantar um sistema econômico poderoso, fundamentalmente privado e independente do Estado, e, de outro, países híbridos que almejam reproduzir ou mesmo superar internamente esses mesmos processos, mas que, até o presente, por uma série de motivos, não lograram êxito, permanecendo suas elites parasitárias de Estados oligárquicos e anacrônicos e suas economias frágeis e dependentes de capitais forâneos. Diferentemente disso, pensamos que o mundo contemporâneo é a própria totalidade desse mosaico complexo e multifacetado de relações tensas e contraditórias entre a riqueza e a miséria, a dominação e a servidão, a democracia e o totalitarismo, a exploração e a fruição, os centros e as periferias.

O capitalismo dependente

Partindo do ponto de vista acima, de uma totalidade que se move dialeticamente, como síntese de múltiplas determinações, podemos problematizar também outro termo muito presente na literatura científica sobre a América Latina e Caribe: a “dependência” dos seus países com relação a outros cujas economias ocupam posições centrais no mercado global.

Há uma larga e antiga corrente de pensamento que se desenvolveu em torno deste conceito. Sua origem pode ser remontada aos debates filosóficos iluministas acerca da desigualdade entre os seres humanos ou do desenvolvimento desigual entre as nações (Rousseau e Adam Smith, no século XVIII, por exemplo). O contexto do pós-1945 reacendeu, contudo, vivamente tais discussões em meio à polaridade da Guerra Fria,

tanto em órgãos estratégicos da economia política internacional (como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, a CEPAL, braço da Organização das Nações Unidas, ONU), como em instituições acadêmicas (a exemplo do Centro de Estudos Sócio-Econômicos da Universidade do Chile, CESO). Uma gama de estudiosos desenvolveu, desde então, trabalhos sobre as condições históricas e as perspectivas de desenvolvimento autônomo dos países da região em relação às potências centrais².

De um modo geral, contudo, a produção intelectual sobre a dependência, sobretudo na vertente cepalina, se caracterizou por análises predominantemente fundamentadas em fatores econômicos. Ora, é indiscutível que um processo de sucção – efetuado pelas burguesias inglesa, holandesa, francesa, entre outras, pelos ferrões de Portugal e Espanha – das riquezas naturais e humanas dessas ex-colônias debilitou, significativamente, por mais de quatro longos séculos, os seus povos. Também é certo que, desde as suas lutas de independência – interesseiramente amparadas pela Inglaterra e, meio século depois, vigiadas pelos EUA e sua tecnocracia militar –, os países da América Latina e Caribe têm enfrentado uma crônica desigualdade nos termos de troca dos seus produtos, em sua maioria primários, por serviços e produtos tecnologicamente mais sofisticados postos no comércio internacional pelos países de centro.

No entanto, para além do universo estritamente econômico, a chamada dependência também consiste de uma estrutura de dominação política que, lenta e persistentemente, vem se cristalizando desde os tempos coloniais. Uma estrutura pela qual as instâncias de poder local nos países periféricos são ocupadas por elites retrógradas que prosperam e mantêm o seu mandonismo pela via de sucessivas revoluções passivas dentro de uma ordem conservadora. Ou seja, pseudo-revoluções nas quais, não obstante alterarem-se grupos no poder, estes não apenas mantêm inacessíveis os seus círculos e inalteradas as condições de estratificação social abaixo de si, como dirigem

² Há uma série de teses e antíteses neste campo e não iremos aqui listá-las, nem os seus pressupostos, mas apenas destacar nomes que marcaram esta temática, como Andre Gunder Frank, Celso Furtado, Enzo Faletto, Fernando Henrique Cardoso, Giovanni Arrighi, Maria Conceição Tavares, Raul Prebisch, Ruy Mauro Marini, Theotonio dos Santos, Vania Bambirra, entre outros.

Geraldo Augusto Pinto

os assuntos políticos nacionais e até mesmo seus próprios interesses tendo por diretrizes últimas os objetivos e necessidades históricas das classes dominantes dos países centrais (Fernandes, 1975).

Por conseguinte, contrariamente a um movimento de integração e desenvolvimento nacional ou regional, tais condições forçaram um enraizamento de elementos forâneos na cultura dos países latino-americanos e caribenhos, cujos principais beneficiários são os gigantescos conglomerados privados transnacionais da indústria, do comércio e das finanças exteriores. Tal processo, obviamente, levou a um paradoxal enfraquecimento político e econômico das próprias classes dominantes periféricas, obrigando-as a dispor continuamente da violência e da censura autoritária sobre a população para manter-se no poder (Boron, 2002; Fernandes, 1975).

Essas distorções geraram um ciclo perverso de desenvolvimento excludente na região. E antes mesmo que necessidades essenciais lograssem a ser atendidas de forma satisfatória após as lutas de independência, os governos, muitos autodenominados nacionalistas, já em meados do século XX guiaram com intransigência ainda maior as políticas públicas no atendimento às necessidades de acumulação dos países centrais, arregimentando (por meio da persuasão midiática, do corporativismo das associações civis e sindicatos, bem como mediante crimes cometidos por ditaduras militares) trabalhadores e empresariado locais em projetos que, em última instância, deram vazão a serviços, produtos e investimentos que, após as duas Guerras Mundiais, mais que sobravam nas potências imperialistas, como EUA e Inglaterra.

Em suma, tendo como braços políticos os meios de comunicação de massa, as políticas de controle das associações e sindicatos, um forte e prolongado arrocho salarial, além de uma repressão interna amparada tecnocrática e militarmente por potências como os EUA, muitos dos Estados latino-americanos e caribenhos, no último quartel do século XX, com a exceção honrosa de Cuba, consolidaram uma integração servil à dinâmica destrutiva da acumulação de capital internacional, aprofundando a marginalização social herdada dos tempos coloniais. Cenário que nem entre conservadores lançou dúvidas, quando o denominaram como “neocolonialismo”.

Conformaram-se sociedades fragmentárias, nas quais, ao

lado de elites concentradoras das maiores faixas de renda e de acesso aos serviços de educação, saúde etc., subsiste uma massa de desempregados, trabalhadores informais, temporários, empregados em trabalhos atípicos, enfim, cidadãos precarizados em seus direitos e cujo acesso aos bens e serviços públicos perfaz também um círculo vicioso de exploração. Afinal, o sistema público de grande parte desses países tem se mantido pelo endividamento estatal e não raro por uma carga tributária mal distribuída – além de servir, no âmbito de sua administração ou oferta, como moeda de troca em eleições e coligações partidárias de governos empossados.

Uma formação propositalmente defasada

O campo da educação é um exemplo dessas distorções. O surgimento do capitalismo nos países centrais promoveu transformações profundas nas relações sociais de produção, as quais foram acompanhadas de mudanças na formação educacional e profissional da classe trabalhadora, pelas quais os conteúdos de qualificação exigidos pelos novos processos de trabalho foram alterados *pari passu* à consolidação do assalariamento e de um literal “mercado de trabalho”.

Os países centrais foram os primeiros a investir em sistemas públicos de educação, visando condicionar a formação tanto técnica, quanto ideológica das futuras gerações de trabalhadores às estruturadas de dominação emergentes nas empresas – muito similares às próprias instituições de ensino, com sua produção massiva e seu ritmo industrial (Enguita, 1989). Tal processo tomou fôlego expressivo com o advento do capital monopólico e oligopólico, posto que desde então um emprego numa grande empresa privada passou a representar maiores chances aos jovens, ao invés do arriscado investimento em um pequeno negócio familiar (Mills, 1979).

Na América Latina e Caribe, contudo, a colonização deixou como legado elites nacionais cujo poder autoritário dispensou por muito tempo a necessidade de uma instrução avançada, uma vez que a exploração que coordenavam, junto aos capitais estrangeiros, das atividades produtivas coloniais, pouco requereu do seu próprio empenho e investimento. Por outro lado, o descaso de tais elites com a formação das classes trabalhadoras autóctones também foi, por um longo tempo,

Geraldo Augusto Pinto

compensatório – portanto, proposital –, pois que o atraso econômico e a pobreza de uma população podem ser perversamente articulados com o pérfido e subserviente enriquecimento das suas lideranças políticas locais no plano da divisão do trabalho internacional.

É escusado mencionar que isso desfavoreceu os movimentos de diversificação setorial da economia, colaborou para uma estagnação das forças produtivas locais e precarizou as atividades e mercados de trabalho. Sem contar a ausência de estímulo, quando não a própria repressão, à organização política da classe trabalhadora, como exemplificam os sindicatos, em muitos casos outorgados e assimilados pelo próprio Estado, situação que ampara, legalmente, a ingerência das entidades patronais sobre as políticas públicas, ao tempo em que garante o controle e a cooptação dos sindicatos de trabalhadores.

O resultado foi que além das frustradas tentativas de uma industrialização nacional independente, as populações dos Estados latino-americanos e caribenhos têm hoje de enfrentar uma defasagem crônica em sua formação educacional e profissional, um mecanismo que rebaixa globalmente a remuneração da sua força de trabalho e contribui diretamente para o aumento do desemprego onde vivem, em vista da crescente abertura comercial e da emergência de outras economias periféricas concorrentes no plano do capitalismo mundial – cujas condições de vida da classe trabalhadora podem atingir um nível ainda mais deteriorado, como mostram casos na China, na Índia, entre outros países.

O desemprego e a desnacionalização

O desemprego, contudo, não é algo recente na região. Já havia atingido fortemente, no passado, o campo, sustentáculo da acumulação de capital da maioria esmagadora das economias latino-americanas e caribenhas. Os êxodos rurais, uma praga constante provocada pelas súbitas mudanças na base produtiva das nossas sociedades – desde sempre oscilando entre ciclos exploratórios monocultores e ambientalmente devastadores –, tiveram um pico na reorganização das políticas estatais no pós-1945, quando efetivamente o cenário de apoio externo, sobretudo, dos EUA, empurrou adiante os projetos de industrialização locais, pela via da “substituição de importa-

ções”.

A este êxodo rural, marcado por um rápido e desorganizado crescimento urbano, logo se somou um desemprego estrutural de base industrial, fruto da crise global do capitalismo na década de 1970 e dos bruscos movimentos que a acompanharam, como o surgimento da microeletrônica e da informática conjugadas aos métodos de gestão flexíveis do trabalho³, as privatizações, as desnacionalizações, os deslocamentos e desconcentrações industriais, todos levados firmemente a cabo por poderosos grupos oligopólicos estrangeiros, sob a guarda dos Estados nacionais⁴.

Aliás, após a década de 1980, o capital externo não somente prescindiu de golpes militares para a efetivação de suas estratégias, como passou a comandar de longe os governos locais, por meio de uma pressão direta sobre os eleitores e sobre a máquina administrativa estatal. Investimento externo, crescimento e emprego passaram a ser a obsessão dos países latino-americanos e caribenhos, num contexto em que a concentração e o poder de circulação global do capital levou a um empoderamento, sem precedentes, das firmas transnacionais. Surgiram até mesmo alguns indivíduos cujo patrimônio pessoal lhes permitiu alçar, na arquitetura global de negócios das bolsas de valores, a posição de “jogadores”, cujas peças são a vida de milhares de pessoas.

Os governos latino-americanos e caribenhos, fragilizados pelos choques das sucessivas crises internacionais da acumulação de capital desde então, e por demais endividados para reagir com planos keynesianos que mitigassem suas consequências, ficaram à mercê dos tributos e dos resíduos de lucros remetidos ao exterior pelas filiais de transnacionais estrangeiras, além de reféns das guerras fiscais que estas mesmas corporações começaram a promover no interior de seus territórios, agravando a exploração predatória dos seus mercados de trabalho e dos seus recursos naturais, junto à exigência de subsídios estatais suntuosos, que passaram a ser retirados das próprias políticas sociais.

A região enfrentava a exaustão do padrão de desenvolvi-

³ Cf. Antunes (1995, 1999), Castro (1995), Coriat (1994), Gounet (1999), Harvey (1992), Hirata (1993) e Pinto (2007).

⁴ Como ilustra o caso da indústria automotiva (Pinto, 2011).

mento que moldara a ação dos seus governos até então, cujos pilares foram a concentração de renda e a dependência do endividamento externo para o crescimento. Além da deterioração dos mercados internos de consumo, as tentativas de proteger empreendimentos nacionais compatíveis com os investimentos externos foram sendo gradualmente abandonadas pelos governos e substituídas por importações, “maquiagens” etc. Tais tentativas, aliás, beiraram o servilismo, como a sangria fiscal dos subsídios estatais no fornecimento de produtos e serviços públicos ao capital estrangeiro – que, por sua vez, açambarcava os setores de maior garantia de acumulação e maior incremento tecnológico. Ou mesmo a intervenção dos Estados nacionais e seus bancos como veículos de financiamento externo para as privatizações. Sem contar o endividamento público arriscado e de longo prazo para intermediação de créditos abaixo do mercado ao capital nacional e internacional.

Laboratórios do neoliberalismo

Este acúmulo de contradições engendrou experiências como a do Brasil, um país que ocupa posições expressivas na economia mundial, mediante a sua Produção Interna Bruta, ao passo que a distribuição desta produção revela uma concentração imensa de poder econômico e uma situação de pobreza crônica. Em meados da década de 1980, um relatório da CEPAL afirmava que:

[...] a pobreza é o maior desafio das economias da América Latina e do Caribe. Entre 1980 e 1990 a pobreza piorou como resultado da crise e das políticas de ajuste, eliminando a maior parte das conquistas alcançadas durante os anos de 1960 e 1970 na redução da pobreza. Estimativas recentes situam o número de pobres no começo da década, dependendo da definição de pobreza, entre 130 e 196 milhões de pessoas [...]⁵.

O início da década de 1990 foi marcado, no plano internacional, principalmente pela crise dos experimentos revolucionários, com a quebra do bloco soviético em novos países independentes e a reunificação da Alemanha, simbolizada pela queda do muro de Berlim em 1989. Paralelamente, davam-se

⁵ Citação textual, extraída de Boron (2002, p. 31).

os primeiros passos rumo à constituição dos grandes blocos econômicos regionais, como o *North American Free Trade Agreement* (NAFTA), a Comunidade Européia (CE) e o Mercado Comum dos Países do Cone Sul (MERCOSUL, congregando Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai).

Este mesmo período também foi marcado, se não pelo início, ao menos pela difusão intensiva, das políticas neoliberais nos Estados latino-americanos e caribenhos. Em que pesem as diferenças em termos de suas aplicações em situações locais específicas, as reformas levadas a cabo pelos governos de orientação neoliberal nesses países se pautaram, em maior ou menor medida, pelos ajustes econômicos internos de caráter fiscal restritivo, combinadas com uma redução do controle sobre o fluxo de capitais externos especulativos. Promoveram, em muitos casos, uma desmedida abertura comercial, seguida por flexibilizações nas leis trabalhistas, privatizações de empresas e instituições públicas, descentralização das ações governamentais (onerando províncias, estados, cidades), além de um encolhimento das políticas sociais (Salama, 1998; Rosenmann, 2006).

A experiência mais precoce foi a chilena, provavelmente o primeiro laboratório do neoliberalismo no mundo, inaugurado pela ditadura militar de Augusto Pinochet, em 1973, e tendo como resultando uma nefasta expansão dos problemas de equidade social e de desigualdade regional. Instituiu-se no Chile neoliberal uma política social cindida em duas linhas contraditórias: por um lado, garantiu-se o acesso a serviços privados de alta qualidade, com base na livre escolha de mercado, aos grupos sociais de maior renda; por outro, promoveu-se o crescimento dos programas de caráter assistencialista à massa da população de baixa renda, consolidando uma dependência desta aos já insuficientes recursos estatais (Jacobi, 1996).

Além disso, no Chile, o estímulo à participação da iniciativa privada nos setores até então cobertos pela iniciativa pública incorreu num processo de heterogeneização no atendimento aos vários segmentos da sociedade. E, como se não bastasse, nos serviços públicos e nos programas de caráter social que permaneceram a cargo do Estado, as estratégias de ajuste macroeconômico promoveram não apenas um sensível corte nos recursos disponíveis até então, como tais serviços passaram a ser estruturados e geridos com base em critérios típicos

Geraldo Augusto Pinto

do mercado e da iniciativa privada (Ibidem).

Tais políticas foram rerepresentadas, na década de 1990, como uma orientação aos demais países da região, na forma do chamado “Consenso de Washington”, nada menos que o resultado de uma reunião entre organismos financeiros como o Banco Mundial (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI), cujo intuito foi propor esse repertório de reformas aos países latino-americanos e caribenhos como um modelo exitoso de desenvolvimento. A não ser que alguns destes países necessitassem de crédito, caso em que o referido “consenso” se convertia em “cláusulas draconianas” em acordos de empréstimos.

No Brasil tais reformas foram postas em prática, inicialmente, pelo breve governo Collor de Mello (1990-1992), na primeira eleição por voto direto realizada após vinte anos de ditadura militar e cinco de um governo civil eleito pelo voto indireto. A consolidação dessa doutrina, contudo, foi obra dos governos seguintes, com Itamar Franco (1992-1994) (vice-presidente empossado após o *impeachment* de Collor) e, principalmente, com Fernando Henrique Cardoso (1995-1998; 1999-2002). No entanto, os principais fundamentos do neoliberalismo mantiveram-se intocados nos dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006; 2007-2010) e permanecem até os dias atuais, segundo apontam as primeiras medidas do governo de Dilma Rousseff (empossada em 2011): cortes fantásticos do orçamento público, arrocho salarial e novas elevações nas taxas de juros, a fim de “acalmar os mercados”.

De fato, uma característica comum aos governos neoliberais brasileiros tem sido a submissão da abrangência e do conteúdo das reformas realizadas no campo da política social aos resultados obtidos pela política econômica. O próprio combate à inflação – mediante planos de estabilização monetária, como o Plano Real –, foi e tem sido uma das principais metas colocadas por esses governos no campo da política econômica e que, não obstante, em última instância terminou sendo um dos limites da ação estatal na esfera da política social, cujos pontos mais críticos (como a imensa desigualdade social, a reforma agrária, da previdência, dos sistemas públicos de saúde e educação, a informalidade e segmentação do mercado de trabalho, o desemprego) mantiveram-se praticamente intocados, quando não se agravaram pela necessidade de ajuste do investimento público ao pagamento de juros das dívidas interna e

externa.

Seguindo a “cartilha” do Consenso de Washington, os governos neoliberais brasileiros promoveram uma rápida e intensa privatização da estrutura produtiva e financeira do país mantida sob o domínio da iniciativa pública. Por meio dessa privatização, grupos transnacionais assumiram porções significativas em segmentos estratégicos, instaurando uma administração estritamente pautada pelo interesse privado estrangeiro. Promoveu-se, ainda, um recuo da regulamentação estatal, seja no inter-relacionamento entre empresas no âmbito dos mercados nacional e internacional (por meio de medidas como a abertura comercial), seja nas negociações estabelecidas entre empresariado e trabalhadores (com prejuízo dos últimos, haja vista o desmantelamento dos seus direitos mediante a subordinação da legislação vigente aos acordos coletivos, pactuados quase sempre em momentos de crise).⁶

Tais movimentos ampararam a introdução dos sistemas de gestão flexível do trabalho nas empresas, cujos resultados imediatos foram enormes cortes de quadros e subsequente aumento do desemprego, com o que se fragmentou e sufocou a ação dos sindicatos, centrais e confederações dos trabalhadores. De fato, no Brasil da década de 1990, a desregulamentação dos direitos dos trabalhadores e a combinação, em empresas de diversos setores, entre os elementos da gestão flexível e os dos sistemas taylorista e fordista, denunciam o avanço de uma reestruturação produtiva peculiar, em que a baixa remuneração da classe trabalhadora nem sempre constituiu obstáculo à introdução de inovações tecnológicas, permanecendo, aliás, como um elemento histórico básico de atração do capital externo ao país⁷.

Trata-se, contudo, de uma realidade presente em quase toda a América Latina – com exceção de Cuba. Uma realidade, em suma, que resulta da histórica absorção deste continente nas teias de uma divisão internacional do trabalho já hierarquizada e movida pela dinâmica avassaladora da acu-

⁶ Para um detalhamento crítico do cenário exposto nos três últimos parágrafos, consultar estudos como os de Antunes (2004, 2006), Boito Jr. (2002), Cêa (2007), Jacobi (1996) e Nogueira (2001).

⁷ Inclusive pelo crescimento vertiginoso, sobretudo na década de 1990, do trabalho informal e das muitas formas de subcontratação. Ver, a respeito, Alves (2000), Antunes (2006), Pinto; Kimmelmeier (2010), Tavares (2005).

mulação capitalista.

Considerações finais

Como aventamos no início, este texto não traz contribuições originais à temática que aborda. E dado que o seu recorte metodológico não visa aprofundar os objetos de pesquisa subjacentes ao assunto, mas enfatizar sua diversidade e conexões numa ampla escala temporal, tampouco cabem aqui considerações finais de caráter conclusivo. Seu objetivo, no entanto, se cumpre ao chamar a atenção para uma possível perspectiva alternativa à interpretação usual das expressões “desenvolvimento” e “integração”, tendo por foco a América Latina e Caribe e, como fundamento analítico, os fatos e argumentos de uma literatura de cepa crítica.

Retomando os apontamentos iniciais, se aos partícipes de uma ciência socialmente comprometida cabe inquirir-se (como afirmava Darcy Ribeiro) acerca das condições de superação dos limites históricos impostos ao desenvolvimento dos povos no seio dos quais vivem, é certo que, ao lançarem-se sobre esta tarefa, pesquisadoras e pesquisadores latino-americanos e caribenhos não poderão prescindir de um exame pausado e honesto das conseqüências sociais, econômicas, políticas e culturais engendradas pela absorção desta região e seus recursos, naturais e humanos, nas engrenagens da expansão mundial da acumulação de capital.

Isso pressupõe, por sua vez, um conhecimento de perfil interdisciplinar, no qual possam ser conjugados os saberes e fazeres de historiadores, sociólogos, economistas, cientistas políticos, antropólogos, geógrafos, especialistas em Relações Internacionais, entre tantas outras áreas. Neste sentido, o desafio que se coloca é superar as abordagens estruturalistas e etnocêntricas, buscando compreender a realidade histórica como uma totalidade complexa e imanentemente dialética, síntese de múltiplas determinações em curso no plano das formas de ser sociais.

Em outros termos, o desafio é analisar e explicar as transformações sociais, econômicas, políticas, ideológicas e culturais, presentes no âmbito interno de cada país, sem, no entanto, deixar de considerá-las como parte de uma dinâmica contraditória resultante de processos de integração e fragmentação

não apenas regionais, mas globais e também não apenas contemporâneos, mas em curso há séculos. Vejam-se, como os exemplos suscitados no presente texto, os efeitos que ações postas em marcha, mesmo no passado, por países situados em regiões distantes, tiveram sobre a América Latina e Caribe, sobre a sua população e o seu território no presente – efeitos, não raro, alheios aos seus próprios interesses e vocações.

Conceber, enfim, uma efetiva integração da América Latina e Caribe implica em repensar sua trajetória e questionar, ousadamente, a continuidade de sua adesão ao ideário e à práxis das classes dominantes dos países centrais, as quais, desde o passado mais remoto, pressionam os países periféricos a aceitarem receitas amargas ao seu desenvolvimento. Receitas que, em última instância, são acatadas por interessarem a elites retrógradas locais, cujo mandonismo provinciano tem como principal sustentáculo uma subordinada inserção regional na divisão internacional do trabalho.

Desnecessário, portanto, é dizer que a perspectiva analítica aqui proposta implica em considerarmos a trajetória das lutas de classe, principalmente a da classe trabalhadora, formada pelos homens e mulheres que, como bem caracteriza Antunes (1999), “vivem-do-trabalho”. E que, nesta porção do mundo, estão destinados a travar um combate histórico sem par contra as elites latino-americanas e caribenhas, contra as estratégias imperialistas das potências centrais (como os EUA) e, em última instância, contra as insustentáveis e destrutíveis formas de sociabilidade e produção capitalistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo; Fapesp, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas, SP: Cortez; Ed. da Unicamp, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

_____. **Uma esquerda fora do lugar**: o governo Lula e os descaminhos do PT. Campinas, SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2006.

_____. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo:

Boitempo, 2006.

_____. **Os sentidos do trabalho:** ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BOITO JR., Armando. *Neoliberalismo e relações de classe no Brasil. Idéias*, Neoliberalismo e Lutas Sociais no Brasil, IFCH/Unicamp, v. 9, n. 1, 2002.

BORON, Atílio. *Entre Hobbes Friedman: liberalismo econômico e despotismo burguês na América Latina*. In: _____. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

CASTRO, Nadya Araújo de. Modernização e trabalho no complexo automotivo brasileiro: reestruturação industrial ou japanização de ocasião? In: CASTRO, Nadya Araújo de (Org.). **A máquina e o equilibrista:** inovações na indústria automobilística brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CÊA, Geórgia Sobreira dos Santos (Org.) **O estado da arte da formação do trabalhador no Brasil:** pressupostos e ações governamentais a partir dos anos 1990. Cascavel, PR: Edunioeste, 2007.

CORIAT, Benjamin. **Pensar pelo avesso:** o modelo japonês de trabalho e organização. Rio de Janeiro: Revan; Ed. da UFRJ, 1994.

ENQUITA, Mariano Fernández. **A face oculta da escola:** educação e trabalho no capitalismo. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. São Paulo: Boitempo, 1999.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HIRATA, Helena Sumiko (Org.). **Sobre o “modelo” japonês:** automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho. São Paulo, SP: Edusp, 1993.

JACOBI, Pedro. *Transformações do Estado contemporâneo e educação*. In: BRUNO, Lúcia (Org.). **Educação e trabalho no capitalismo**

contemporâneo. São Paulo: Atlas, 1996.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996. Livro Primeiro, Tomo 2.

MILLS, C. Wright. *Educação e classe social.* In: PEREIRA, Luiz; FORACCHI, Marialice M. **Educação e sociedade:** leituras de sociologia da educação. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979.

NOGUEIRA, Francis Mary Guimarães. **Estado e políticas sociais no Brasil:** conferências do seminário Estado e Políticas Sociais no Brasil e textos do relatório parcial do projeto de pesquisa – Programas nas Áreas de Educação e Saúde no Estado do Paraná: sua relação com as orientações do BID e BIRD e sua contribuição na difusão das propostas liberalizantes em nível nacional. Cascavel, PR: Edunioeste, 2001.

PINTO, Geraldo Augusto. **A máquina automotiva em suas partes:** um estudo das estratégias do capital na indústria de autopeças. São Paulo: Boitempo; Fapesp, 2011.

_____. **A organização do trabalho no século 20:** taylorismo, fordismo e toyotismo. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____; KEMMELMEIER, Carolina Spack. *Estado, capital e trabalho: a flexibilização do direito do trabalho no Brasil na década de 90.* In: **Anais do IV Simpósio Lutas Sociais na América Latina,** Universidade Estadual de Londrina, 14-17 set. 2010. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/anais_ivsimp/gt3/20_GeraldoPinto&CarolinaKemmelmeier.pdf>> Acesso em: 15 fev. 2011.

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a civilização:** processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. (1. ed., 1967)

ROSENMANN, Marcos Roitman. *Neoliberalismo.* In: SADER, Emir; JINKINGS, Ivana; NOBILE, Rodrigo; MARTINS, Carlos Eduardo. **Latinoamericana:** enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro, LPP/Uerj, 2006.

SALAMA, Pierre. *A financeirização excludente: as lições das economias latino-americanas.* In: CHESNAIS, François (Coord.). **A mundialização financeira:** gênese, custos e riscos. São Paulo: Xamã, 1998.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios invisíveis da produção:** informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2005.